



## **Agência Experimental em Jornalismo Cívico: A tentativa da prática de um modelo brasileiro<sup>1</sup>**

Halanna Souza ANDRADE<sup>2</sup>  
Marcus Antônio Assis LIMA<sup>3</sup>  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

### **Resumo**

Este artigo tem como finalidade analisar a produção da Agência Experimental em Jornalismo Cívico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que se propõe a testar formas de se fazer jornalismo cívico segundo moldes brasileiros. A noção teórica e prática do jornalismo cívico no Brasil ainda é pouco conhecida e discutida nos cursos de comunicação social do Brasil, o que torna ainda mais relevante estudar o processo de experimentação dessa nova forma de se pensar e produzir jornalismo.

### **Palavras-chave**

Jornalismo cívico; experimentação; prática; Agência Experimental em Jornalismo Cívico

### **1. Introdução**

O “jornalismo cívico” (Lambeth e Craig, 1995) ou “jornalismo público” (Merritt, 1995), como também é conhecido, tem como finalidade reaproximar os cidadãos da vida pública, entendendo-se como tal a capacidade de participar de discussões sobre políticas públicas e a busca por melhores alternativas para a resolução de problemas sociais.

Para que a participação seja cidadã orgânica nesses processos, é preciso estar municiado de capital social<sup>4</sup> (Putnam *apud* GOMES, 2009, p. 223), de forma a permitir colaborar e problematizar as questões ali apresentadas. Essa é a forma que o jornalismo cívico propõe a melhoria da qualidade de vida da sociedade: possibilitar aos cidadãos as informações necessárias para que eles próprios possam construir políticas públicas que.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – VI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Bolsista FAPESB de iniciação científica e estudante de graduação do 6º semestre no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e-mail: halanna.andrade@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo, e-mail: [malima@uesb.edu.br](mailto:malima@uesb.edu.br)



<sup>4</sup> Robert D. Putnam define capital social como aspectos da organização social que facilitam a coordenação e cooperação dos indivíduos, proporcionando-lhes, em razão disso, benefícios mútuos. Portanto, o capital social seria uma espécie de bem coletivo que só pode ser produzido e concedido por interação social.

atendam às suas reais necessidades, inseridos num modelo democrático e deliberativo efetivo de organização social

O jornalismo cívico começou a ser praticado nos Estados Unidos da América no início da década 1990, devido à crescente desconfiança dos cidadãos estadunidenses quanto aos fatos publicados pela mídia. Uma pesquisa aplicada no período indicou que apenas 25% dos cidadãos acreditavam que os veículos de comunicação os ajudavam a resolver seus problemas. Além do vertente declínio da participação da população na votação das eleições presidenciais.

Davis Merrit (1995, p. xxii), jornalista estadunidense e um dos principais nomes do jornalismo cívico, afirmava que “a vida pública não vai bem e o jornalismo enquanto profissão está em dificuldade”. O afastamento dos cidadãos da vida pública, para os defensores do jornalismo cívico, se dá porque “o jornalismo [tradicional] tem falhado ao limitar o acesso a vozes que estão fora do círculo minoritário que detém o poder e determinados privilégios” (LIMA, 2011, p. 379).

A prática do jornalismo cívico sugere a fuga da agenda de notícias do jornalismo tradicional. Além disso, busca ouvir os próprios cidadãos que sofrem de determinado problema, ao invés de recorrer às mesmas autoridades que detém o poder da mídia hegemônica<sup>5</sup> (Gramsci *apud* PORTELL, 2002m, p. 21). Para isso, os meios de comunicação devem se aproximar verdadeiramente de seu público, acompanhando de perto a situação das comunidades. Devem ainda incentivar a criação de espaços de auto-organização como associações de bairro, clubes, sindicatos, ou seja, espaços que visem a maior integração da população nos assuntos que se referem à vida pública.

O jornalismo cívico, apesar de ser considerada uma prática relativamente nova, tem gerado discussões sobre como o jornalismo tem sido feito, o papel social exercido pelos meios de comunicação e o tipo de postura que o jornalista tem assumido para a sua atuação enquanto agente fundamental de modificação da sociedade. É dessa forma que ele se expande pelo mundo em países como Dinamarca, Argentina, Finlândia, Suécia e Senegal.



<sup>5</sup> Segundo Antonio Gramsci a sociedade civil é o palco da disputa pela direção ideológica. Para vencê-la, deve-se dominar os meios de difusão de ideologia tais como: sistema escolar e os *mass media*. Dessa forma, se conseguiria o exercício da hegemonia, que se caracteriza pela dominação ideológica de uma classe social sobre a outra.

No Brasil, o assunto ainda é pouco conhecido da comunidade acadêmica universitária, inclusive nos próprios cursos de Comunicação. Mesmo assim, é possível observar em alguns jornais indícios que se aproximam de sua filosofia “a maioria dessas práticas dizem respeito ao oferecimento de informações que podem ser úteis para os leitores” (LIMA, 2011, p. 387). É importante entender, no entanto, que:

“No Brasil, o jornalismo público está emergindo com características próprias e, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, não houve, aqui, intenções e ações visando especificamente fundar uma categoria jornalística (SILVA, 2002, p. 02)

## **2. A Agência Experimental em Jornalismo Cívico**

A partir da necessidade de entender e vislumbrar a aplicação prática desse modelo de jornalismo segundo a realidade brasileira, nasceu o projeto da Agência Experimental em Jornalismo Cívico (AEJC). Idealizado pelo Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima, docente do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, propõe a criação de uma “teoria cívica” para o jornalismo com base na produção da AEJC.

No entanto, como a prática do jornalismo cívico no Brasil ainda não foi identificada com um traço específico ou mesmo um fato que estimulasse o exercício do mesmo - como se deu nos EUA com o processo eleitoral<sup>6</sup> do ano de 1998 - torna-se essencial, para o projeto da AEJC, que ela seja de caráter experimental, tendo em vista que não temos um “modelo” brasileiro de como se fazer jornalismo cívico. Dessa forma, o trabalho inicial da AEJC é experimentar formas de aplicar esta idéia se fazer jornalismo.

Para além disso, a preocupação do projeto da Agência Experimental em Jornalismo Cívico vem no sentido da:

“compreensão da prática dos jornais-laboratório e das agências de notícia, e pelo conhecimento da realidade em confronto com as teorias do jornalismo, é possível entender até que ponto o ensino está apenas repetindo o mercado, ou possibilitando um jornalismo mais crítico e comprometido com o bem comum da sociedade” (Projeto da Agência Experimental em Jornalismo Cívico, 2009)



<sup>6</sup> O descontentamento da população com a cobertura das eleições presidenciais do ano de 1998, caracterizada pela sua superficialidade, publicidade negativa e polêmicas em torno de questões secundárias, é considerado fato impulsionador marcante da emergência do Jornalismo Cívico nos EUA.

Sendo assim, a atenção da AEJC também se volta para a junção da teoria e prática no curso de Comunicação Social da Uesb.

## 2.1 Os primeiros passos

É inegável a importância de uma identidade visual para qualquer tipo de empresa ou produto, mesmo que este não tenha fins comerciais, como no caso da Agência Experimental em Jornalismo Cívico. A função do logotipo, signo, sinal ou marca é “ficar gravado, definitivamente, na memória, por meio de estímulos visuais, mesmo que eles sejam apenas vislumbrados” (SANT’ANNA, 1998, p. 130). Dessa forma, haverá a associação do produto apresentado com a Agência.

Partindo desta necessidade, discutiu-se entre a equipe da AEJC, sobre a idéia que se gostaria de transmitir. O conceito-chave seria a participação e a inclusão do cidadão no processo de produção do conteúdo. A partir desse conceito várias ideias de logomarca surgiram, tendo como principal de uma espécie de bonecos de papel, que mesmo recortados estariam dando as mãos. A outra sugestão foi a de um quebra-cabeça, que visaria a integração do público, à proposta de fazer jornalismo cívico no Brasil. Como a primeira já é nacionalmente reconhecida como marca do “Criança Esperança”, a segunda foi escolhida por consenso. O bolsista de iniciação científica Juraci Santana foi o responsável por desenvolver a ideia graficamente, auxiliado pelo estudante de comunicação Dorgival Barros para apresentar o seguinte resultado final:



Logomarca apresentada e aprovada no dia 04 de maio

Como o projeto se trata de uma Agência de caráter experimental, ficou acertado que esta marca não seria a definitiva. Ficando marcado para o segundo semestre de 2011 a



realização de um concurso de logomarcas com a finalidade de aproximar os estudantes de Comunicação do projeto, dar visibilidade às atividades realizadas pela AEJC, além da criação da identidade visual partindo de uma ótica diferenciada.

### **3. Produção de material impresso**

Não há prática bem sucedida sem teoria formulada, dessa forma, antes da publicação de produtos da AEJC, foi necessário o embasamento teórico a respeito do Jornalismo Cívico. Anterior ao projeto da Agência Experimental em Jornalismo Cívico, o prof. Dr. Marcus Lima já havia iniciado pesquisa sobre essa temática com o projeto “Práticas de jornalismo cívico: a pesquisa deliberativa” que tinha como finalidade “aplicar e testar, na realidade de Vitória da Conquista, um dos 'modelos deliberativos', a pesquisa deliberativa” (Projeto Práticas de jornalismo cívico: a pesquisa deliberativa, 2009). Assim, procedeu-se a revisão bibliográfica proposta pelo projeto “Práticas de jornalismo Cívico”, que consta como bibliografia básica o livro “Jornalismo cívico” de Nelson Traquina e Mário Mesquita, único publicado sobre o assunto em língua portuguesa, além da manutenção de estudo e discussão semanal sobre jornalismo cívico.

Sentindo a necessidade da prática e, acima de tudo, da experimentação, os participantes do projeto decidiram por iniciar a produção de material impresso, já que a criação do “sítio eletrônico” proposto pelo projeto ainda estava impossibilitada devido a problemas estruturais da Uesb.

Os primeiros produtos a serem publicados seriam uma espécie de informativo temático – boletins - em folha de tamanho A4, preto e branco, em lauda frente e verso, pois dessa forma haveria condições materiais de produção sem que fosse preciso depender de outros equipamentos que não fossem os pertencentes à própria AEJC.

Da equipe responsável pela produção dos boletins participaram três estudantes pertencentes ao projeto, além do professor orientador. As funções determinadas foram as de reportagem para Thaís Pimenta e Juraci Santana, edição e diagramação para Halanna Andrade e coordenação para o professor Marcus A. Lima. O trabalho sempre foi norteado pela relação jornalismo e desenvolvimento humano que Luiz Martins da Silva apregoa:

“Jornalismo e desenvolvimento humano passariam a formar, então, uma relação intrínseca. Analogamente, poderíamos recorrer à vocação como um valor. Tal como Max Weber concebe que o cientista e o político por



vocação são aqueles que vivem para a ciência e para a política e não da ciência e da política, poderíamos afirmar que o jornalismo e o jornalista vocacionados seriam aqueles que viveriam para o jornalismo e não do jornalismo; viveriam para o jornalismo comprometido com os avanços social, econômico, cultural e humano e não apenas faturando em cima das mazelas do cotidiano”. (SILVA, 2002, p. 05)

O desafio da equipe era se aproximar o máximo possível das “equipes qualificadas circulares” (LIMA, 2009, p. 05) que tem como princípio ouvir os cidadãos e seguir a agenda da comunidade, fugindo da realidade atual do jornalismo tradicional.

O público-alvo previsto no projeto da AEJC é a população de Vitória da Conquista, mas devido ao período inicial de testes, foi restringido à comunidade acadêmica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a fim de facilitar a análise da eficiência ou mesmo a falta dela no período de testes.

O critério de noticiabilidade fundamental que a AEJC adota é o valor social, a relevância do tema para o público-alvo. E a partir dele “agregar aos valores/notícia tradicionais elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções dos problemas” (SILVA, 2002, p.04).

Para que este tipo de atuação seja possível, faz-se necessário também mudar a postura dentro da redação. Para tanto, entende-se essa reestruturação como “delegar autoridade e gerenciamento de baixo para cima” (LIMA, 2009, p. 06). Dessa forma, as reuniões de pauta da AEJC seguem o modelo “brainstorming”<sup>7</sup>, tendo como veredicto final a avaliação do critério de noticiabilidade que fundamenta a produção da Agência, com a pauta sugerida. A divisão de tarefas é proposta conforme as afinidades pessoais e aceita de comum acordo entre os integrantes da equipe.

Findada a escolha do tema, dá-se início a formulação da abordagem do texto e quais recursos gráficos utilizar para melhor recepção do produto pelos cidadãos. A linguagem utilizada deve ser clara, de fácil compreensão em textos jornalísticos objetivos. Levando em consideração a idéia de Paulo Freire (1989, p.09) que “a leitura do mundo precede à leitura das palavras”, e que:

“[A linguagem icônica] guia-se por conceitos, idéias e conexões entre eles, com o seu próprio sentido. Uma simples seta pode significar uma



<sup>7</sup> Expressão do inglês que significa ‘tempestade de idéias’, técnica utilizada para explorar o potencial criativo de uma equipe. Consiste basicamente em dar liberdade aos participantes para sugerir o que lhes vier à cabeça – nenhuma ideia é considerada absurda – chegando a um consenso final com os participantes.

idéia para a qual precisaríamos de várias frases de expressão lingüística. Os textos literários são sempre de uma língua determinada, enquanto que as imagens, embora possam ter determinações pelas línguas, costumam representar idéias que ultrapassam idiomas” (PELTZER, 1991, p. 28)

Os membros da redação da AEJC entendem que os recursos gráficos são essenciais para a aproximação e identificação do público, além de uma alternativa metodológica para melhor inserção do capital social. Sendo assim, é política da Agência Experimental em Jornalismo Cívico sempre buscar formas de inserir esse tipo de linguagem em seus produtos.

### **3.1 Boletim 01: Assembléia Universitária**

Decidido o tipo de produto a ser feito e todas as suas implicações práticas e metodológicas, restava pensar sobre a pauta, o que traz uma série de observações a serem feitas antes da escolha propriamente dita.

Devido à precariedade do ensino superior, caracterizado pela falta de infraestrutura, quadro reduzido de professores, inexistência de uma política eficiente de permanência estudantil, salários docentes defasados, problemas na transparência orçamentária das instituições, deu-se início ao processo de mobilização a favor da qualidade de ensino em todas as universidades estaduais baianas. Outra centralidade de luta era pelo fim do decreto de nº 12.583 – medida do Governo do Estado da Bahia para redução de gastos, o que impossibilita as universidades estaduais de contratar professores substitutos, mudança de regime de trabalho, redução em materiais básicos para o funcionamento como água, luz, telefone, entre outros – que agregava movimentos ligados a todos os setores públicos do estado da Bahia.

Sendo assim, no dia 29 de março de 2011, os estudantes da Uesb começaram a realizar paralisações, manifestações e atos públicos de denuncia. No dia 5 de abril, os docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia entraram em greve, seguido pelos estudantes da instituição no dia posterior. Dessa forma as atividades da instituição estariam suspensas até que o Governo do Estado atendesse às reivindicações do movimento. Segundo o artigo 9º da lei nº 7.783/89 – que discorre sobre o exercício do



direito à greve – assegura à população a manutenção de atividades essenciais pelos grevistas. O Comando de Greve das categorias ajuizou que os projetos de pesquisa e aulas da pós graduação que matem algum tipo de vínculo com instituições de fomento externo, não teriam suas atividades paralisadas, sendo consideradas como essenciais. Devido a isso, as atividades da Agência Experimental em Jornalismo Cívico foram liberadas para continuidade.

Mas se o público-alvo momentâneo da Agência Experimental em Jornalismo Cívico é a comunidade acadêmica da Uesb, como alcançá-los nesse período de suspensão de atividades? A solução encontrada pela redação foi exatamente pautar assuntos relacionados à conjuntura, direcionando o produto aos estudantes, professores e funcionários participantes do movimento grevista.

Para isso, a equipe que já acompanhava o movimento – alguns participavam ativamente – trouxe para a redação a sugestão de um tema muito tocado nos espaços de discussão das categorias grevistas: assembleia universitária.

Esse tipo de espaço se propunha a ser o fórum de discussão entre toda a comunidade acadêmica, se distanciando da burocracia e da falsa representatividade dos conselhos já existentes na universidade. A sugestão foi aceita por todos, acompanhar o processo de construção da Assembleia Universitária da Uesb.

O passo seguinte foi definir sobre a abordagem de cada texto, assim como os recursos gráficos a serem levados para a primeira edição do boletim. Decidiu-se por um texto principal falando sobre o processo de construção da primeira assembleia universitária, a conjuntura do momento, o contexto histórico da universidade, relacionando com democracia. O segundo texto seria sobre experiências com fóruns deste tipo no Brasil, contando ainda com um quadro comparativo entre princípios e práticas da primeira assembleia universitária ocorrida em 1995 na instituição e essa nova proposta sugerida pelas categorias. Além de charge sobre voto universal, espaço destinado à definição de assembleia universitária pelos membros da comunidade acadêmica, contando ainda com um editorial que apresentasse a AEJC e contextualizasse a produção.

A coleta de dados se através de documentos antigos da própria universidade, participação nas reuniões das categorias grevistas e principalmente em entrevistas com





estudantes, professores e funcionários. A equipe encontrou atas de assembleias antigas, uma lei estadual que deslegitimava a assembleia universitária enquanto tipo de conselho deliberativo, além do aprofundamento na leitura do estatuto da universidade.

A primeira assembleia universitária foi marcada para o dia 19 de abril no campus de Vitória da Conquista. De acordo com o cronograma que estabelecido, o boletim seria terminado em tempo de ser distribuído na segunda assembleia, dia 05 de maio no campus de Itapetinga. No entanto, por falhas técnicas o material não ficou pronto a tempo. Voltou-se à redação para decidirmos se haveria ou não a queda do boletim, mas acreditando na filosofia do jornalismo cívico de que devemos ampliar o conceito de notícia e “começar do zero com toda cobertura, determinando o que vem sendo coberto que pode ser descartado e [principalmente] o que vem sendo negligenciado que pode ser incorporado” (LIMA, 2009, p.09). O texto principal continuou basicamente como estava, mas a temática do segundo foi modificada para uma análise interpretativa das assembleias já ocorridas até o momento e as expectativas para a terceira, realizada no campus de Jequié, local em que o primogênito boletim da Agência Experimental em Jornalismo Cívico foi distribuído.

**agência experimental em jornalismo cívico**

**AEJC**

**JCC**

Edição nº 1  
13/05/2011  
Tiragem: 100 cópias

**Assembleia Universitária: aproximação entre categorias e coesão de interesses**

Por Thais Pinesta

Criar um espaço para deliberar democraticamente sobre questões políticas da universidade. É com esse intuito que docentes, discentes e técnico-administrativos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, constituíram a Assembleia Universitária. Ocorrida no dia 19 de abril passado, em Vitória da Conquista, esse espaço se firma como um marco histórico na instituição.

Antes, a última Assembleia, registrada em ata, ocorreu em primeiro de junho de 1995. Dois anos depois, em 1997, o governo baiano decretou a Lei nº 7.176, que extinguiu as Assembleias Universitárias, criando o Conselho Universitário (CONUI) e o Conselho Superior de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONSEPPE), que deveriam ser os novos fóruns deliberativos nas universidades estaduais.

Podemos considerá-la um marco histórico também pelo seu caráter inovador. Primeiro, da necessidade de criação de um espaço onde a comunidade acadêmica pudesse dialogar, posicionar-se e decidir ações conjuntas, a Assembleia se propôs superar os entraves burocrático impostos pela 7.176, constituindo-se livre e independente das delegações que a precedem.

O primeiro desafio desse fórum foi se auto-organizar. A aprovação do regimento, que conduziu o espaço do dia 19 e permanecerá para os próximos dias, foi exaustivo, durando cerca de cinco horas. Uma nova forma de organização causou impacto, político, e o critério da universidade de voto foi um deles. Depois de muita discussão em torno desse tema, o voto universal foi aprovado, reafirmando o princípio da criação desse fórum: o exercício de democracia deliberativa.

Essa iniciativa é fruto de um movimento unificado que, com greve deflagrada pelos docentes e discentes, assina melhores na universidade. Melhoras estas que vão da campanha salarial dos professores e servidores à permanência estudantil, mas não apenas. Sendo assim, o tema dessa primeira assembleia desses novos tempos centralizou-se na avaliação, organização e rumos do movimento.

Na avaliação, as falas dos participantes constatarem, basicamente, na definição do movimento unificado como inovador e histórico. Mas, o recado do encaminhamento dessa inovação também estava presente nesses discursos. Recito que pode ser superado com formas eficazes de organização, a depender dos rumos que o movimento tomará, segundo avaliações.

Em uma experiência nova há erros e acertos. Um ponto extremamente importante, como a organização e rumos do movimento, devido à escassez do tempo, foram discutidos de maneira rápida, chegando-se a aprovar propostas sem definição de quem iria, de fato, executá-las.

*Assembleia em Vitória da Conquista*

**AEJC**

**JCC**

**E na prática...**

Por Thais Pinesta

Uma vez aprovado o regimento, é chegada a hora das ações políticas. Superadas as questões organizacionais, em Vitória da Conquista, e segundo o critério de rotatividade, outra Assembleia ocorreu no campus de Itapetinga, no dia cinco de maio. A primeira ação política foi a criação de um comando de greve unificado, com número limitado de membros, sujeitos a substituições, se assim for decidido pela plenária.

A Assembleia Universitária, segundo seu regimento, deve ser composta por docentes, discentes e técnico-administrativos, porém, a não participação da última categoria foi resolvida pelos membros na Assembleia de abril e um, que também é aluno, na realizada em Itapetinga. Segundo se aponta, isso se deve à pouca disponibilidade e baixa adesão dos técnico-administrativos à greve deflagrada por professores e alunos. Talvez, por isso, as discussões das primeiras Assembleias tenham girado principalmente em torno das duas categorias, nesse momento de greve.

A propósito, toda como inovadora e histórica, da Assembleia Universitária como o elo entre os que estudam, os que lecionam e os que trabalham na universidade, será posta à prova, nessa Assembleia que acontece em Jequié, 13 de maio. Momento em que será possível perceber, também, se, de fato, a Assembleia Universitária está atuando como fórum máximo de deliberações na universidade ou se vem sendo meramente simbólica.

**O Voto Universal**

Assembleia Universitária ontem e hoje	
Ano 1995	Em 2011
Reunido dos membros do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e docentes ou técnico-administrativo.	Tudo e qualquer indivíduo que faça parte do corpo docente, discente ou técnico-administrativo.
Constituição pelo Reitor.	Constituição por toda comunidade universitária.
Antes da reunião, os discentes e a parte de ensino são convocados pelo Conselho Estudantil, cabendo a cada um a discussão e elaboração de uma categoria para ser levada à Assembleia.	Ao passo de cada Assembleia toda às discussões dentro Conselho Estudantil, cabendo a cada setor uma discussão interna de meta.
Voto apenas para os representantes de cada categoria.	Voto universal, com exceção dos funcionários terceirizados.

**A Assembleia definida por seus membros**

"Assembleia Universitária é uma instituição oficial da universidade, e que tem como objetivo discutir grandes questões da instituição e propor diretrizes, geralísticas, políticas para o funcionamento da universidade" – Prof. Avaldo Soares Filho, Departamento de Ciências Naturais.

"O objetivo dessa Assembleia é que todas as categorias tragam suas reivindicações, coisas as serem resolvidas, seus problemas, para fazermos uma pauta única e resolvê-los." – Camilla Ribeiro, estudante (Jequié)

"A Assembleia tem essa função de avaliar a universidade. É por ser um espaço democrático com direito a voto e veto, eu acredito que é o único espaço, de fato, onde as categorias são tratadas de forma equitativa" – Gedevalva Paiva, servidor técnico-administrativo (Vitória da Conquista)

Boletim nº 1 da AEJC distribuído no dia 13 de maio, com tiragem de 100 cópias.



### 3.2 Boletim 02: Mandado de Segurança

No dia 16 de maio, a equipe da AEJC voltou a se reunir para discutir os resultados da primeira edição e decidir a pauta do próximo boletim. A avaliação feita foi de que o objetivo principal da primeira edição - suscitar o debate sobre o processo de construção da assembléia universitária, dentro do contexto histórico e conjuntura atual – foi alcançado. Conseguiu-se produzir um material de relevância para o público-alvo proposto, havendo até citações ao material em falas de participantes da assembleia. O segundo boletim deveria seguir a mesma linha de relevância e para tal, o tema escolhido foi: mandado de segurança.

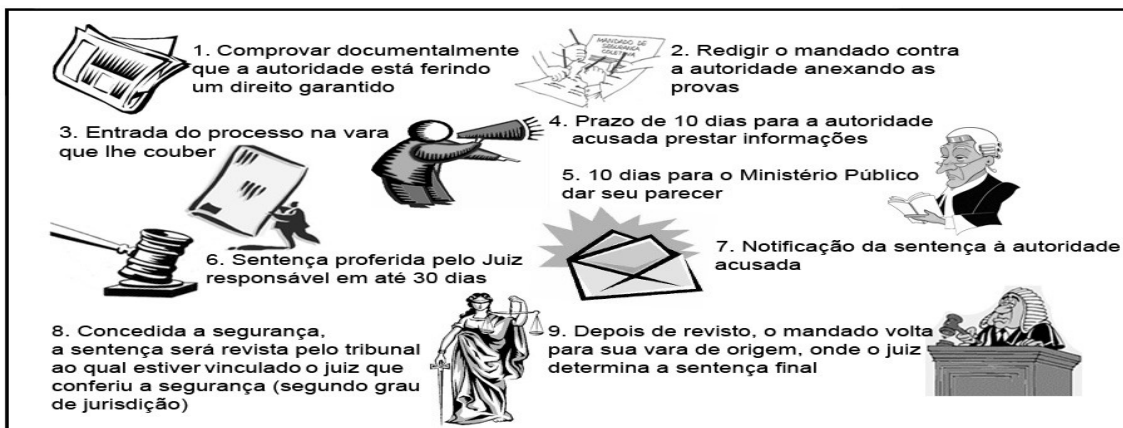
Essa ação judicial tem como proposta “proteger o direito líquido e certo, ou seja, um direito de comprovação inegável que seja violado ou ameaçado por um ato ilegal de uma autoridade pública” (Boletim nº2). Como os docentes da Uesb estavam em greve, pretendiam impetrar um mandado de segurança contra o Governo do Estado por terem - aos 21 dias de greve - seus salários cortados.

Algumas questões foram levantadas na redação a respeito da pauta, principalmente em torno da relevância desse tema para todo público a quem se destina a produção. A preocupação era se estariam contemplando apenas os docentes. Mas partindo do princípio de que funcionário também é trabalhador e que estudante também o será, a pauta atenderia a todos. Dessa forma, o intuito dessa edição seria instruir o público a como proceder em situações de abuso de Autoridade contra direitos líquidos e certos. Seguindo a lógica do jornalismo cívico:

“Em vez de fazer uma matéria sobre um buraco de rua e ir atrás da autoridade para que ela solucione aquele problema, podemos retratar como funciona a política que determina a colocação de asfalto nos bairros” (SILVA, 2002, p. 09)

Sendo assim, o texto principal atuaria em explicar aos leitores o que seria de fato um mandado de segurança, como proceder, quais as regras para que ele seja utilizado, que tipos de provas anexar. O segundo texto seria sobre o funcionamento dos três poderes – com uma abordagem mais aprofundada sobre o tema – mas este foi trocado por um que tratava de decisão liminar. Tema este que se aproximava mais do contexto que as categorias grevistas estavam vivendo.

A equipe decidiu explorar bastante os recursos gráficos, pois entender as peculiaridades do poder judiciário não é nada fácil. Foi-se criada uma enquete rápida com quinze integrantes de cada categoria para que fosse possível visualizar quem sabia o que era um mandado de segurança. Além dela, foi mantido o espaço para charge – o tema da vez foi desrespeito à constituição – e criado um infográfico explicando o passo a passo do mandado de segurança, desde o anexo de provas para que ele seja validado e seu trajeto nas instâncias até a sentença final.



Infográfico mandado de segurança do boletim nº 02.

Ficou decidida a permanência da editoria em que os leitores teriam espaço para terem suas falas publicadas, como na edição nº 1 em que definiram o que seria assembleia universitária na opinião de cada um deles. O nome desse espaço seria “Fala, cidadão”, que nessa edição ficou responsável por trazer o que o público pensava sobre o tema do boletim. O editorial também foi mantido por entender que a AEJC ainda não é conhecida pelo público, ficando responsável mais uma vez por contextualizar e falar um pouco sobre a proposta da AEJC, enquanto tentativa experimental de produção de jornalismo cívico.

Antes de escrever, a equipe teve que compreender o funcionamento dos três poderes, suas peculiaridades, termos técnicos e hierarquia, para então iniciar a pesquisa sobre mandado de segurança. A pesquisa de campo se resumiu ao estudo da lei 12.016/09 – que disciplina sobre o mandado de segurança individual e coletivo -, lei 5.869/73 – antiga lei sobre mandado de segurança -, diversos artigos do processo civil que são citados pelas leis referidas, artigo 9º da constituição federal – que assegura o direito à greve -, pesquisa sobre antigos mandados de segurança já impetrados, além de entrevistas com advogados, professores, estudantes e funcionários.



O resultado final foi distribuído na assembleia da categoria docente, na qual estudantes e funcionários também estariam presentes.

**agência experimental em jornalismo cívico**

**AEJC**

Edição nº 2  
24/05/2011  
Tiragem: 100 cópias

**Edição**

Por Thais Frazetta

Com o suspensão dos pagamentos dos vencimentos do mês de abril, a sessão sindical ocorreu na UESB em um mandato de segurança, ressaltando a liberdade dos salários e o pagamento de discussões sindicais e, muitas vezes, aporados, no âmbito do comando de greve e nas assembleias (docente e universitária não permitem que a categoria docente entresse com mandado de segurança preventivo, como fez outra seção sindical, a fim de tentar conter a atitude autoritária do governo estadual.

Neste segundo número especial sobre a greve em nossa universidade, procuramos elucidar o que é o mandato de segurança, instrumento jurídico que temo contra os corretores e fiscais universitários nas últimas semanas. Buscamos, neste pequeno espaço, uma das primeiras ferramentas da filosofia do jornalismo cívico: informação de qualidade e útil, informação com caráter cognitivo, que leve ao leitor alguma mudança de espírito. O que buscamos é um ambiente informativo denso, com conteúdos críticos e um conhecimento público, que ajude a solucionar problemas.

**Contra o abuso da autoridade pública: o mandato de segurança**

Todo cidadão tem direito de ascender a melhores condições de trabalho. Sendo assim, o art. 3º da Constituição Federal assegura o direito à greve, competindo aos trabalhadores decidir quando exercê-lo. Ao tentar restringir esse direito, algumas autoridades determinam suspensão salarial aos servidores paralisados. Para esses casos, existem meios jurídicos, os chamados remédios constitucionais, que visam o impedimento desse tipo de ato, sendo um deles o mandato de segurança. Em momentos de greve, o ato ilegal mais frequente é o corte salarial.

Conceitualmente, mandato de segurança é uma ação proposta para proteger o direito líquido e certo, ou seja, um direito de comprovação inequívoca que foi violado ou ameaçado por um ato ilegal de uma autoridade pública. De acordo com a Lei nº 12.016/09, qualquer pessoa, física, jurídica ou órgão público, ao ter esse direito incontestável – individual ou coletivo – lesado ou ameaçado pode entrar com uma ação, o mandato de segurança, contra a autoridade autora do ato.

O autor do mandato de segurança, munido de provas pré-constituídas – documentos que sejam indiscutíveis em seu conteúdo – tem um prazo de 120 dias para recorrer ao poder judiciário, a contar do dia em que tiver conhecimento oficial do ato lesivo ou ameaçador. Com aplicação direta e imediata, o mandato tem prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus (Lei nº 12.016/09, art. 2º).

Quando um ato ilegal ou abusivo ainda não foi praticado, mas há uma ameaça concreta de que ele venha a ser realizado, pode-se pedir um mandato de segurança preventivo. Assim como, recentemente, os professores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) fizeram. Usando como provas as declarações oficiais e reportagens dos meios de comunicação de massa, sobre o corte salarial aplicado aos professores, também em greve, das demais universidades estaduais da Bahia, os professores da UNEB, via seção sindical, conseguiram, junto ao Tribunal de Justiça, impedir que esse corte se aplicasse a eles.

O mandato de segurança não deve ser utilizado somente em momentos de greve, mas, em toda e qualquer situação em que o direito líquido e certo do cidadão foi ferido por uma autoridade, firmando-se, assim, como um dos instrumentos mais adequados de proteção contra atos ilegais e abusivos do poder público. A Constituição Federal enuncia os direitos individuais, mas é o mandato de segurança quem os assegura.

**Você sabe o que é mandato de segurança?**

Problemas: 1000  
Soluções: 1000

**Mandado de segurança: passo a passo**

1. Comprovar documentalmente que a autoridade está ferindo um direito garantido.
2. Redigir o mandato contra a autoridade anexando as provas.
3. Entregar do processo na vara que lhe couber.
4. Prazo de 10 dias para a autoridade acusada prestar informações.
5. 10 dias para o Ministério Público dar seu parecer.
6. Sentença proferida pelo Juiz responsável em até 30 dias.
7. Notificação da sentença e autoridade acusada.
8. Concedida a segurança, a sentença será revista pelo tribunal ao qual estiver vinculado o juiz que conferiu a segurança (segundo grau de jurisdição).
9. Depois de revisto, o mandato volta para sua vara de origem, onde o juiz determina a sentença final.

**Preciso esperar até a sentença final para que o pedido do mandato seja concedido?**

Por Juarez Santana e Hellenia Andrade

Está previsto na Lei 12.016/09, que contempla o mandato de segurança, um tipo de decisão provisória, chamada de liminar. Isso significa dizer que o juiz pode decidir provisoriamente a respeito do caso, decisão que poderá valer até o julgamento final do processo, que passa a ter prioridade para julgamento.

Depois de concedida a liminar, a autoridade acusada tem o prazo de 48 horas a partir da notificação da sentença para remeter ao órgão responsável uma cópia autenticada da notificação e indicações ou elementos que possam ser usados em sua defesa.

Para garantir a elevação da liminar, o juiz poderá determinar algumas medidas que forcem o cumprimento dela como, por exemplo, multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, utilizando, se necessário, até mesmo força policial.

Um bom exemplo de decisão liminar em mandato de segurança foi a concedida aos professores da UESB, no dia 23 de maio último, que ordena o pagamento imediato dos vencimentos retidos referentes ao mês de abril e impede o corte das próximas remunerações dos docentes pelo Governo do Estado, caso eles continuem com a greve. O recurso não terá efeito suspensivo, desta forma os vencimentos serão garantidos durante toda a greve, fortificando o movimento docente que não precisará ceder nas suas reivindicações devido à falta de salário.

A partir da notificação, o Governo do Estado tem o prazo de 72 horas para cumprir a ordem judicial de pagamento. Caso ela seja descumprida, está prevista uma multa diária de cinco mil reais.

**Fala, cidadão**

"Mandado de segurança é um remédio constitucional para garantir um direito que é certo. É uma forma que se tem como cidadão de garantir algo que é merecido por direito".

"É um documento com força de lei que permite que determinado procedimento de procedimento, mesmo tendo sido baseado por alguma autoridade, para garantir o que é de direito de algum determinado setor, de algum cidadão ou órgão seja garantido, mesmo que alguém tente impedir".

Professora do Departamento de Ciências Natasim

"Mandado de segurança seria algo judicial para garantir algum direito que você tem, e que está sendo contestado".

Técnico-Administrativo

**Expulsão**  
Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (NPJ)  
Liliane de Figueiras Prof. Dr.  
Jairo A. Assis Lima  
Agência Experimental em Jornalismo Cívico  
Coordenador: Mariana A. Assis Lima  
Editor: Cláudio Hellenia Andrade  
Reportagem: Juarez Santana e Hellenia Andrade  
Liliane Vilela  
Thais Frazetta  
Contato: mltassim@uesb.br ou Frazetta@uesb.br / FAPESB

Boletim nº02 distribuído no dia 24 de maio com tiragem de 100 cópias.

#### 4. Considerações finais

A iniciativa da Agência Experimental em Jornalismo Cívico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia é extremamente válida no sentido de tentar se aproximar da produção em jornalismo cívico brasileiro. Obviamente buscando referencial teórico nas experiências bem sucedidas em vários lugares do mundo, principalmente no berço dessa nova forma de se pensar o jornalismo, os EUA.

Como previsto no projeto, o intuito é “estabelecer uma prática jornalística, em consonância com a realidade brasileira, que atenda aos pressupostos filosóficos do jornalismo cívico” (Projeto Agência Experimental em Jornalismo Cívico, 2009) e como visto, as primeiras produções tentam seguir nessa direção. Nelas podemos observar indícios dessa filosofia em temas socialmente relevantes, caráter educativo, contato com a redação, editoria reservada exclusivamente para a fala de leitores, busca por fontes não oficiais, contextualização dos fatos, fuga da cobertura meramente factual e agregação de novos valores à notícia. Contando com postura democrática na sala de redação e a não interferência de agentes externos (como a reitoria, seguindo a análise contextual da AEJC) na produção do conteúdo.



No entanto, ainda não se pode afirmar que a Agência Experimental em Jornalismo Cívico produz conteúdo seguindo fielmente os princípios do jornalismo cívico. A agência até então não conseguiu estabelecer uma relação próxima ao seu público, caracterizada pela escolha da pauta ser feita pela própria redação. O que reflete o não esclarecimento do público quanto à proposta da AEJC.

A equipe até o momento não se preocupou em criar estratégias de estreitamento de relações com os leitores. O concurso de logomarca proposto para o segundo semestre, pode ser um indício de que a redação sente necessidade dessa aproximação. Não se pode negar, no entanto, que o momento de greve na instituição afetou o resultado final dos produtos e até mesmo o tipo de relação estabelecido com o público. Resta à Agência Experimental em Jornalismo Cívico continuar experimentando formas de agregar os valores do jornalismo cívico à prática, em busca do modelo brasileiro que atenda às reais necessidades do nosso povo.

### **Referências bibliográficas**

FREIRE, P. . **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** 23<sup>a</sup> Ed. Autores Associados: Cortez, 1989.

GOMES, W. . **Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectiva.** São Paulo: Paulus, 2008.

LIMA, M. A. A. . **Filosofia do jornalismo cívico no jornal-laboratório 'Oficina de Notícias' da UESB: uma proposta de estrutura para a sala de redação** In: VIII Ciclo Nacional de Pesquisa de Ensino em Jornalismo, 2009.

LIMA, M. A. A. . **Indícios para uma 'análise cívica' do jornalismo: a temática da responsabilidade social.** Estudos em Comunicação/Communication Studies, 2011.

PORTELLI, H. . **Gramsci e o bloco histórico.** Tradução Angelina Paiva. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

SANT'ANNA, A. . **Propaganda: teoria, técnica, prática.** São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

SILVA, L. M. . **Jornalismo Público: o social como valor-notícia** In: GT de Políticas e Estratégias de Comunicação da Compós, 2002.

TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. . **Jornalismo Cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003.